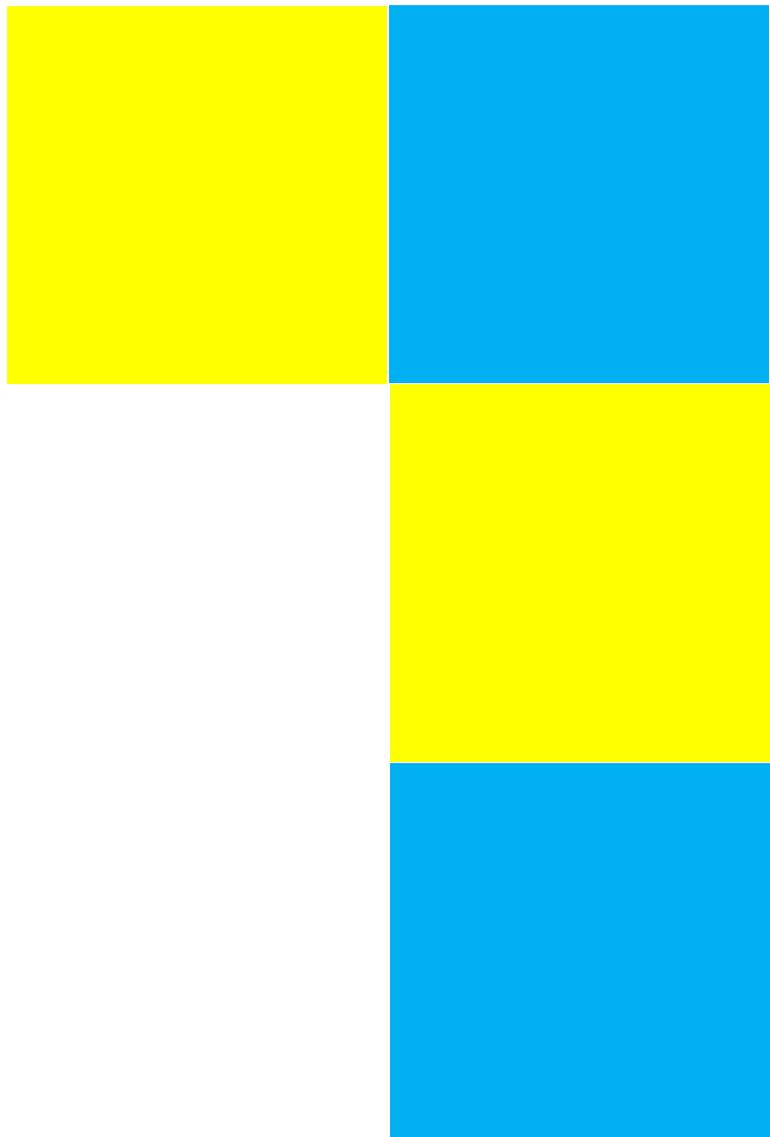


Através de Foucault para uma geografia política da mediação na era da informação

Francisco Klauser

Prof. Dr. do Instituto de Geografia da Universidade de Neuchatel, Suíça.
francisco.klauser@unine.ch

Tradução de Lúcio Pereira Mello

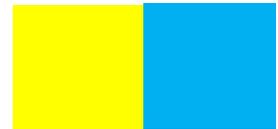


Resumo: Partindo da compreensão de poder e governamentalidade de Michel Foucault, este artigo busca avançar em uma reflexão inicial voltada para o desenvolvimento de uma “geografia política da mediação”, preocupando-se com a questão sobre o que “acontece” e o que “se passa por dentro” das imbricações entre poder e espaço. A argumentação se estrutura em três partes principais. Primeiramente, o artigo considera dois níveis nos quais Foucault aborda a questão de como (por quais meios) o poder é exercido e constituído, relacionando-o às técnicas de poder, por um lado, e aos regimes discursivos que por outro, sustentando e moldando estas técnicas. Em segundo lugar são discutidas duas típicas lógicas de poder espaciais, relacionando-as ao que Foucault chama de dispositivos de disciplina e dispositivos de segurança. Este procedimento vai mostrar como pensar sobre a mediação em um sentido foucaultiano permite a conceitualização de imbricações de espaço e poder. E em terceiro lugar, o artigo apresenta uma proposição específica de como se aproximar dos funcionamentos do poder por uma perspectiva contemporânea da técnica em Foucault. Desta forma o artigo desenvolve uma reflexão programática sobre poder, espaço e regulação na era da informação.

Palavras-chave: Geografia Política; Foucault; Governamentalidade; Dispositivo; Era da Informação

Abstract: Drawing on Michel Foucault’s understanding of power and governmentality, this paper advances an initial reflection aimed at developing a “political geography of mediation”, concerned with the question of what “makes” and what “happens within” the imbrications of power and space. This discussion is structured into three main parts. Firstly, the paper considers two levels on which Foucault addresses the question of how (through what means) power is exercised and constituted, relating to the techniques of power on the one hand and to the discursive regimes underpinning and shaping these techniques on the other. Secondly, two ideal typical spatial logics of power are discussed, relating to what Foucault calls apparatuses of discipline and apparatuses of security. This will show how thinking about mediation in a Foucauldian sense allows for a conceptualisation of the imbrications of space and power. Thirdly, the paper advances one specific proposition of how to further pursue from a contemporary geographical perspective Foucault’s “technical” approach to the functioning of power. In so doing, the paper develops a programmatic reflection on power, space and regulation in the information age.

Keywords: Political Geography; Foucault; Governmentality; Apparatus (Dispositif) ; Age of Information



1- Introdução

a análise dos micropoderes não é uma questão de escala, não é uma questão de setor, é uma questão de ponto de vista (Foucault 2008) ¹

Nos últimos anos, a contribuição de Michel Foucault à geografia provocou publicações e debates (HANNAH, 1997; ELDEN, 2001, 2003, 2007; CRAMPTON e ELDEN, 2007; HUXLEY, 2006, 2008; PHILO, 2012). O substrato deste engajamento com Foucault foi estabelecido devido à reorientação da disciplina do seu foco essencialista no espaço das décadas de 1960 e 1970 para a predominância de estudos de relações socioespaciais, considerada por alguns como “a virada relacional” (ANDERSON *et alli.*, 2012, 171). Mais especificamente na geografia política essa reorientação estabeleceu as bases para uma prolongada discussão sobre a conceitualização relacional de poder em Foucault. O autor francês foi proeminentemente utilizado dentro de tentativas de ir além do foco da Geografia voltado por um longo período para o poder estatal e para o território do Estado, como forma de questionar e conceitualizar, de uma forma geral, outros escopos, modos e meios de poder e suas relações com o espaço (RAFFESTIN, 1980; PHILO, 1992; ALLEN, 2003, PAINTER, 2008).

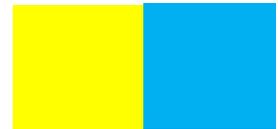
Este artigo se conecta com essa literatura que discute a contribuição contemporânea de Foucault para a geografia política. Minha proposta é partir da já bem estabelecida compreensão do poder como relacional para dar um passo além: argumentamos aqui que levar Foucault a sério na geografia política requer não apenas o reconhecimento da natureza relacional e a dimensão espacial do poder, mas, além disso, demanda um foco sistemático nas ferramentas de mediação e nos procedimentos que moldam e sustentam o exercício de poder. Para isto, o reconhecimento do poder enquanto relacional é importante, mas não basta. O que se faz necessário é se valer de “ferramentas de estudo” (FOUCAULT, 1982, p.778) que permitam a investigação crítica

¹ nota da tradução, em edição em português: 2004, p. 258

de como “o poder é posto em ação”; (IDEM, 1982, p.788). Partindo de Foucault, deve-se atentar para os meios pelos quais cada poder é exercido (Foucault, 1982, p.786), por meio de um enfoque analítico pelo qual o poder possa ser escrutinado em sua relacionalidade e sua processualidade.

Mais especificamente, o artigo considera dois níveis nos quais Foucault aborda a questão de, por um lado, como (por quais meios) o poder é exercido e constituído, relacionado às “técnicas de poder”, e, por outro lado, como os “regimes discursivos” sustentam e moldam estas técnicas. Considerando a distinção de Miller e Rose entre “tecnologias” e “racionalidades” de governamentalidades (MILLER e ROSE, 2008) os dois níveis exemplificam que o poder enquanto relação deve ser compreendido não mais como mero ponto de partida nem mesmo como uma quintessência do pensamento foucaultiano. O que Foucault oferece, e este é o meu ponto central, é, de fato, um modo de se partir para a categoria do “relacional”, o que convida a um tipo de geografia política voltada para a questão do que efetivamente acontece dentro das imbricações entre poder e espaço.

Esta postura é derivada da forte inspiração no trabalho de Claude Raffestin, de mediação na territorialidade humana (RAFFESTIN, 1980, 2012). Demandando por um tipo de geografia que se pautasse de mediadores abstratos e concretos das relações socioespaciais, o próprio Raffestin foi um dos primeiros geógrafos a se envolver com a concepção de poder relacional de Foucault. (RAFFESTIN, 1980, 2007). No entanto Raffestin não elabora de forma sistêmica sobre a abordagem de Foucault sobre as técnicas e regimes discursivos como um conceito. Este artigo oferece um ponto de partida para justamente esta leitura de Foucault. Na sua essência este esforço também transmite uma ambição de abrir uma reflexão geográfica mais sistemática sobre o conceito de “mediação”, como uma forma de conceituar a constituição de poder e espaço (ANDERSON et al., 2012; ALLEN, 2012). “Mais que relacional”, aqui portanto implica um deslocamento “dentro do relacional”, através do estudo dos desdobramentos dinâmicos dos “fazer” das relações de poder, dentro e por meio da mobilização de meios heterogêneos (por exemplo, técnicas e discursos). É neste sentido este artigo oferece uma



discussão exploratória da possibilidade do que se poderia chamar de “geografia política da mediação” Dando um passo à frente neste esforço, o artigo também mobiliza uma proposição específica em relação a como a abordagem técnica de Foucault ao funcionamento do poder pode ser perseguido de uma perspectiva da geografia política contemporânea. Ao fazê-la, o artigo desenvolve uma reflexão programática sobre poder, espaço e regulação na era da informação.

2- “Mediação” na geografia política

A ideia de que as relações se baseiam (e são moldadas) por meios particulares tem sido apresentada em trabalhos da geografia política, ainda que de uma maneira implícita, geralmente determinística e cronicamente sub teorizada. Desde seus estágios iniciais tais trabalhos focaram, talvez de forma mais notável, no papel que as tecnologias da comunicação e de transporte assumem na distribuição espacial do poder político – abrangendo desde a teoria do Heartland de Halford J. Mackinder (1904) até *Império e Comunicação*, de Harold A. Innis (INNIS, 1950).

De uma perspectiva mais amplamente centrada na produção social do espaço, portanto indo além de uma compreensão estritamente “política” da relação poder-espaço, o conceito de mediação também foi mobilizado na obra inovadora *A Produção do Espaço*, de Henri Lefebvre (1991).

Nem a natureza – o clima e o sítio – nem a história anterior bastam para explicar um espaço social. Nem a “cultura”. Além disto, o crescimento das forças produtivas não conduz à constituição de um espaço ou de um tempo que resultariam segundo um esquema causal. Mediações e mediadores se interpõem: grupos atuantes, razões no conhecimento, na ideologia, nas representações. Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação.²

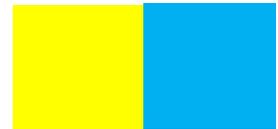
Reunindo, práxis, semiótica e materialidade, esta citação sublinha a compreensão de Lefebvre do espaço social como o resultado de mediadores e mediações. Em um estágio

² Em português em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf , no original; LEFEBVRE 1991, p77

mais avançado, Lefebvre, por sua vez, também reconhece o papel de mediação do espaço na constituição e regulação da sociedade (Lefebvre, 1991, 175). Indiscutivelmente, esses comentários merecem uma discussão posterior, dado que Lefebvre não é visto como um pensador demasiadamente preocupado com a mediação. No entanto, neste ponto uso Lefebvre como forma de ilustrar como diferentes aproximações tocaram na questão do “por meio da qual” poder e espaço estão conectadas e constituídos.

Seguindo Lefebvre, alguns geógrafos (especialmente na geografia italiana e francófona) desenvolveram uma conceituação de poder e espaço mais sistemática e focada na mediação em sua relação mediada e constitutiva (RAFFESTIN, por exemplo, 1980, 2012; TURCO, 2010; MILLER e PALO, 2009) Em muitas destas empreitadas, foi posta ênfase nas mediações linguísticas e em amplas mediações socioculturais das relações socioespaciais. Uma das tentativas mais sistemática de conceber um tipo de geografia focada em instrumentos e códigos e “sistemas de signos” que estão mediando relações socioespaciais podem ser encontradas no anteriormente mencionado “Geografia da Territorialidade desenvolvida por Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1980, 2012). Raffestin define mediadores como ferramentas abstratas e concretas de apreensão e de relação com a alteridade, exterioridade e interioridade (IDEM, 2012, 128). Através de sua obra, ele argumenta por uma mudança sistemática no foga da pesquisa geográfica do espaço em si para meios materiais e imateriais que são mobilizados e manipulados para a manutenção de relações socioespaciais. “Mediadores desempenham um papel nos processos de produção assim como no de representação. Eles não são meros instrumentos intermediários, mas sim conjuntos complexos manipulados por relações de ator-rede, como diria Latour” (Raffestin 2012, 133). Portanto mediadores, para Raffestin não apenas tornam relações possíveis, mas também as moldam e as limitam.

Em outra ocasião salientei com mais detalhes os méritos de Raffestin e sua “teoria geográfica da mediação” (KLAUSER, 20212). Aqui, eu simplesmente tomo Raffestin como uma fonte de inspiração em meu esforço de revisitar o entendimento técnico específico de poder e de relacionalidade em Michel Foucault. Minhas questões são: “O que a geografia política contemporânea encontra na compreensão técnica de poder em



Foucault?” e “De quais perspectivas temáticas e empíricas a abordagem de Michel Foucault pode ser aplicada e seguida na atualidade de modo a explorar e de conceitualizar as imbricações entre poder e espaço na era da informação”?

Um comentário adicional deve ser feito antes de delinear mais especificamente a estrutura deste artigo. Propositalmente eu menciono aqui Geografia política e não Geografia Humana de uma forma mais ampla porque o artigo lida particularmente com a problemática do poder e do espaço. Contudo, de outros já insistiram neste ponto antes, (RAFFESTIN 1980), uma conceituação relacional da geografia humana implica, por definição, uma atenção à noção de poder se podemos aceitar que relações são “localizações” de poder em um sentido foucaultiano. Geografia política e humana diferem mais em ênfase que em espécie.

3 Abordagem

Como se vê a seguir, eu busco refletir sobre a possibilidade de uma geografia política da mediação, por meio de uma leitura partindo da teoria da governamentalidade em Foucault, como desenvolvidas em suas leituras no *Collège de France* em 1977-1979-1979 (FOUCAULT 2007c, 2008). Minha discussão está estruturada em três partes principais. Na primeira, considero dois níveis nos quais Foucault apresenta a questão de como (por quais meios) o poder se exerce e se constitui, relacionando às técnicas de poder, por um lado, e por outro, aos regimes discursivos que sustenta e forma estas técnicas.

Em segundo lugar eu discuto duas lógicas de poder ideais típicas, relacionadas com o que Foucault chama de dispositivos de disciplinas e dispositivos de segurança (IDEM, 2007c). Desta forma quero demonstrar como uma visão foucaultiana de mediação permite a conceitualização das imbricações de espaço e poder. Em terceiro lugar, apresento uma proposição pessoal de como perseguir uma abordagem técnica do funcionamento de poder em Foucault a partir de uma perspectiva contemporânea de geografia política. Desta forma, o artigo desenvolve uma reflexão programática que se debruça sobre as lógicas, os funcionamentos e as implicações das inovações nas formas e

formatos tecno mediadas de controle e regulação, inerentes à digitalização e à informatização da vida atual.

4- O “relacional” à maneira de Foucault

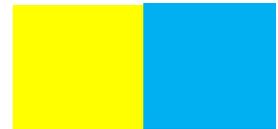
A abordagem relacional do poder de Foucault é de grande importância porque oferece uma compreensão de poder em sua ubiquidade, funcionalidade difusa e interpessoal e gênese. No entanto, o que é constantemente esquecido é como Foucault de fato “entra” na categoria do relacional, em seu foco nas técnicas e regimes discursivos que medeiam o exercício do poder. Ambos os dois níveis merecem alguma discussão aqui, por fundarem no centro do que eu vejo como a contribuição básica de Foucault para uma geografia política da mediação contemporânea.

4.1- Técnicas de poder

Foucault se concentra no estudo do “poder em ação”, parafraseando Latour (1987). Desta forma o poder é expandido à medida que se faz ao invés de ser considerado como uma variável explicável em si.

“Eu queria ver que conteúdo concreto podíamos dar à análise das relações de poder – estando entendido, é claro, repito mais uma vez, que o poder não pode em hipótese alguma ser considerado nem um princípio em si nem um valor explicativo que funcione logo de saída. O próprio termo “poder” não faz mais que designar um [campo] de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder. (FOUCAULT 2008 p. 257-258)

Quanto a perspectiva, Foucault faz com o poder o que a Teoria Ator Rede (TAR) faz com o “social” (LATOURE, 2005). Nesse foco nas técnicas de poder, no entanto, o “método de deciframento” de Foucault e o “nível de análise “difere da atenção que a TAR dá ao papel mediador das entidades humanas e não humanas em rede (pessoas, ferramentas, objetos, etc.). Mais que “mapear” o arranjo de entidades humana e não-humanas, Foucault traz à baila as dinâmicas que se desdobram a partir de um ambiente



específico “produtor” de poder, mediados através da implantação de procedimento e técnicas heterogêneas.

É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder. (FOUCAULT 2008, 5)

Esses mecanismos de poder, estes procedimentos de poder, devem ser considerados como técnicas, o que quer dizer procedimentos que foram inventados, aperfeiçoados e que são desenvolvidos incessantemente. IDEM, 2007a, 158)

O estudo de várias técnicas de poder – em suas genealogias, funcionamentos e efeitos – se desenrolam como fios de Ariadne por meio da escrita de Foucault, interagindo com diferentes *milieux*³ (o hospital, a prisão, o exército, o monastério) e eras (Antiguidade Grega, A Idade Média, o Liberalismo). Para a geografia política contemporânea, há ao menos três importantes implicações da abordagem técnica ao poder de Foucault que necessitam ser destacadas.

Inicialmente, Foucault nos convida para uma geografia política que é fundada no estudo e na conceitualização do funcionamento do poder em *milieux* específicos: abordar a sociedade como um “arquipélago de diferentes poderes” (FOUCAULT, 2007^a, 156), Foucault destaca técnicas específicas de lugares particulares e momentos (o hospital do século XVII, a ágora grega, o sistema penitenciário moderno). Isto diz respeito ao estudo do funcionamento do poder dentro e por meio de configurações particulares repercutindo fortemente com debates específicos sobre o escopo e escala da geografia política e, em paralelo, por reivindicações para que a disciplina vá além do seu foco predominante no poder estatal (geralmente abordado em um sentido primordial e unitário). Tal ponto abre para novas possibilidades e áreas para investigações empíricas na problemática do poder e do espaço que vão muito além do campo usual da geografia política.

³ N.T optou-se por manter o termo *milieux* (plural de *milieu*), que indica um conjunto de meios, ambientes, contextos, meios, bem como círculos, zonas, conjuntos, configurações locais, modos, arranjos, organizações, comunidades, sociedades, setores, ramos, entre outros possíveis sentidos, - termo sem equivalente no português.

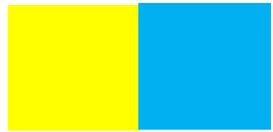
Em segundo lugar, e seguindo o ponto inicial, a concepção de poder de Foucault, focada na performatividade e mediação, sugere a necessidade de uma reflexão da geografia política sobre os funcionamentos do poder em suas tensões internas e nas suas heterogeneidades. Como Foucault frisa:

“E o que é preciso ter bem presente é que a heterogeneidade nunca é um princípio de exclusão ou, se preferirem, a heterogeneidade nunca impede nem a coexistência nem a junção. (...) Proponho substituir esta lógica da dialética pelo que chamarei de lógica da estratégia. E uma lógica da estratégia não faz valer termos contraditórios num elemento do homogêneo que promete sua resolução numa unidade. A lógica da estratégia tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos dispares e que permanecem díspares. A lógica da estratégia é a lógica da conexão do heterogêneo, não é a lógica da homogeneização do contraditório. Foucault 2008, p58)”

Portanto, para Foucault o poder é exercido dentro e através a combinação, justaposição e a ligação de diferentes técnicas, ancoradas em diferentes genealogias e “cosmologias” (var também DILON, 2007, 43). Isto significa por um lado que o poder em ação não é nunca unitário, não apenas porque é específico um *milieu* específico, mas também porque ele mobiliza técnicas heterogêneas, unindo consenso, conflito, dentro de um contexto particular de uma especificidade organizacional, histórica e geográfica. Por outro lado, implica que os dois aparatos de poder discutidos abaixo – disciplina e segurança – não estão de todo separadas, mas sobrepostas em certas áreas de suas técnicas e racionalidades.

E em terceiro lugar, a abordagem foucaultiana de poder focada na mediação oferece um sólido referencial no qual se pode situar e direcionar a preocupação central da geografia política, relacionando o espaço tanto como produto e produtor do poder em uso. Por meio de sua obra, Foucault demonstra que a produção e a organização do espaço em si devem ser entendidas, como técnicas de poder. Ele o faz a partir de várias perspectivas, abordando o papel da organização espacial no sistema penitenciário moderno, as finalidades curativas da arquitetura hospitalar, etc. (FOUCAULT, 1984)⁴

⁴N.T. Em português o trecho se encontra em *O Nascimento do Hospital*, VI capítulo de *Microfísica do Poder*. Editora Graal 7ª edição, Rio de Janeiro, 1986



“A arquitetura do hospital deve ser fator e instrumento de cura(...) A arquitetura hospitalar é um instrumento de cura de mesmo estatuto que um regime alimentar, uma sangria ou um gesto médico. (FOUCAULT 1986 p 108-109)

Esta compreensão do espaço (em seus significados, pesos normativo-regulatórios e morfológicos) como um mediador da vida social não é nova para a geografia política. E ainda assim Foucault oferece uma contribuição verdadeiramente original para literaturas existentes, como será demonstrado em um estágio posterior deste artigo tendo em vista a compreensão de Foucault sobre a diferenciação de espacialidades de poder em aparatos de disciplinas e segurança (IDEM, 2007c).

4.2- Regimes discursivos

Se Foucault aborda o poder como um conjunto de técnicas ambiente específicas, heterogêneas, ele o faz por meio do estudo de materiais discursivos (LAURIER e PHILO, 2004; HANNA, 2007; PHILO, 2012). Metodologicamente, as leituras de governamentalidade de Foucault espelham seus primeiros trabalhos sobre sexualidade e a “ordem das coisas” (FOUCAULT 1970). Portanto ao explorar o poder em ação, o foco de Foucault se encontra nos “regimes discursivos” (ele também fala de “formações discursivas” e “regimes de verdade”) associados, sustentando e motivando técnicas particulares a “agirem”. A “história das técnicas de poder de fato” (IDEM 2007c, 8), em síntese, é a história dos pensamentos e discursos que medeiam as práticas e as experiências destas técnicas. Aqui não é possível apresentar uma interpretação de sua atitude conceitual e metodológica. Eu apenas quero indicar duas razões por que o foco de Foucault no discurso e no pensamento é importante na minha tarefa ao considerar uma geografia política da mediação contemporânea.

Em primeiro lugar, a insistência de Foucault e, abordar técnicas de poder por meio do estudo da sustentação de seus regimes discursivos, elucidam que estes *milieux* particulares, para Foucault, são sempre concebidos como matrizes de “organização e

conhecimento” (IDEM, 2007d, 182). Para Foucault, pensamento e prática, conhecimento e técnica estão simultaneamente presentes e mutualmente constitutivos do exercício do poder. Por isso aparatos de poder situados historicamente - dadas as combinações de técnicas heterogêneas (discursivas e não discursiva) (Foucault 1980) – sempre, por definição, envolvem tanto dimensões abstratas e concretas.

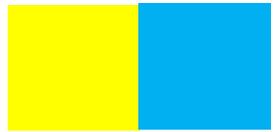
“o objetivo de todo esses empreendimentos (...) é mostrar como o par ‘série de práticas / regime de verdade’ foram um dispositivo de saber-poder (...) FOUCAULT 2008, p27)

Em segundo lugar isso evidencia, portanto, que a uma concepção de geografia política centrada na mediação inspirada por Foucault conecta práxis, técnicas e semiótica. Uma teoria geográfica de poder, neste sentido, deve considerar tanto mediadores e mediações abstratas e concretas. Em sua própria obra, Foucault oferece muitos exemplos de como tal linha de pensamento de fato elucida espacialidades de poder divergentes.

5- Espacialidade de poder

Talvez um dos exemplos na obra de Foucault mais significantes sobre a as relações complexas e imbricações entre poder e espaço podem ser encontradas em suas palestras de 1977/1978 “Segurança, Território e População”. Foucault distingue entre dispositivos legais, disciplinares e de segurança para estudar três formas ideias típicas das “artes de governar” (FOUCAULT 2007c, 92), compreendidas como um conjunto de técnicas historicamente situadas para organizar e regular os dois objetos de governo fundamentais: população e território. Em suma, Foucault avança em um modelo conceitual que se volta para a questão de como as técnicas de governo se relaciona com seus objetos interesses e recursos.

Para Foucault, dispositivos legais, disciplinares e de segurança se diferenciam de várias formas e em múltiplos níveis (em termos de suas formas de lidar com a incerteza, sua relação com a normalização me a realidade, suas técnicas específicas, etc.) Neste ponto, eu apenas proponho uma discussão inicial de alguns aspectos que são relevantes



ao discernir as lógicas espaciais de articulação dos dispositivos disciplinares e de segurança, para demonstrar como pensar sobre mediação desde uma perspectiva foucaultiana permite a conceitualização de uma constituição mútua de espaço e poder.

5.1- Dispositivos disciplinares

Foucault vê a disciplina como uma economia de poder particular que caracteriza a governamentalidade na modernidade europeia dos séculos 17 e 18 – formando, operando e se desenvolvendo a partir de uma gama de *milieux* como hospitais, escolas, quartéis militares e prisões. Disciplina, nesse conjunto, designa uma forma específica de gerenciar multiplicidades por meio de técnicas de individualização

A disciplina escolar, a disciplina militar, a disciplina penal também, a disciplina nas fábricas, a disciplina operária, tudo isso é uma determinada maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de implantação, as coordenações, as trajetórias laterais ou horizontais, as trajetórias verticais e piramidais, a hierarquia, etc. E, para uma disciplina, o indivíduo é muito mais uma determinada maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria-prima a partir da qual ela é construída. A disciplina é um modo de individualização das multiplicidades (...) (Foucault 2008a p16) [n.t.: no original: FOUCAULT 2007c, p12]

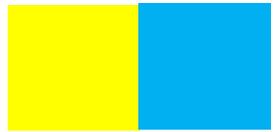
Portanto para Foucault, o governar disciplinar se relaciona em foco e em pretensão à normalização e ao gerenciamento de “cada átomo da sociedade, o que vem a ser os indivíduos” IDEM, 2007a, 159). Sua fundamentalidade se baseia em um conjunto de técnicas de mediação voltadas em localizar e produzir o indivíduo soldado, prisioneiro, paciente, etc. dentro de um modelo pré-definido de normatividade (IDEM 2007c, 56-57) Conseqüentemente, o problema disciplinar do espaço é o do cercamento espacial, da fixação, do isolamento e da segmentação, voltadas para a “constituição de um espaço fechado, vazio no qual as multiplicidades artificiais devem ser construídas e organizadas” IDEM 2007c, 17). Em *Vigiar e Punir* (1977) Foucault explora esta configuração e racionalidade espacial com referência em particular à figura do Panóptico como um paradigma de modelo espacial de poder disciplinar em ação.

5.2- Dispositivos de segurança

Em contraste ao modelo disciplinar, Foucault determina o dispositivo de segurança. Desenvolvendo uma reflexão sobre as formas e técnicas de normalização que caracteriza a governamentalidade do liberalismo contemporâneo. O foco regulatório da segurança, para Foucault, é de deixar que as coisas aconteçam ao mesmo tempo que as regula e as monitora. (IDEM, 2007c, 41). O limite do aceitável não está meramente condicionado à uma oposição binária entre permitido e o proibido, mas adaptada gradualmente a uma dada realidade, em função de cálculos cuidados e or meio de procedimentos complexos. Neste tipo de governamentalidade, a realidade é vista desde uma perspectiva tecno científica como um conjunto de entidades e condições de governo inteligíveis gerenciáveis. A questão central é como saber como regular e agir a partir desta realidade dentro de um “arcabouço multivalente e transformável” (IDEM 2007c, 20). A lógica espacial de segurança, portanto, não é a de individualização, cercamentos e de fixação, mas de gerenciar populações como um todo, em suas aberturas e fluidez. Essencialmente, espaços de segurança respondem à necessidade de regular, otimizar e gerenciar circulações, “em um sentido amplo de movimento, troca, e contato, como formas de dispersão, e também como forma de distribuição” (Foucault, 2007c, 64).

“[U]m problema bem diferente: não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto ao outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados Foucault 2008a p85) [N.T: no original (Foucault, 2007c, 65)]

Em síntese, organização especial nos dois modelos (segurança e disciplina) diferem, fundamentalmente, em seu nível de mediação. Em cada caso, espaço é mediado por meio de técnicas de diferenciação e de regimes discursivos, e, por sua vez, medeiam o exercício do poder de formas diferentes. Portanto, Foucault oferece não apenas uma gramática espacial de poder – relacionando a cercamentos e aberturas, circulação e fixação, estruturação interna e externa – mas mais importante para a tarefa assumida aqui,



um arcabouço [n.t.: framework] para conceitualizar espaço em sua relação mediada e mediadora com o poder. Aqui, a geografia política encontra sua questão chave abordada e conceitualizada pelas lentes da mediação.

6 - Continuações

Baseando-se na abordagem de Michel Foucault sobre governamentalidade e poder, este artigo convida a refletir no conceito de mediação na geografia política contemporânea. Claramente, muito mais pode ser feito para afinar e estender os argumentos descritos acima. Ressonâncias e Dissonâncias entre Foucault e outros trabalhos voltados para a mediação, inspirados por exemplo em Deleuze (1990) ou por abordagens teóricas da Teoria Ator Rede (TAR), (LATOURET 2005), devem ser explorada de forma cautelosa a partir de um perspectiva conceitual, mas também serem estabelecidas de forma mais firme por meio de pesquisa empírica primária.

Seguido por este caminho, este artigo recorda que avançar em uma proposta temática que relacione questões de poder e espaço no mundo digitalizado indica uma possibilidade de pesquisa futura dentro do âmbito de uma geografia política da mediação. Mais especificamente, vou estabelecer o valor analítico das pesquisas de Michel Foucault em dispositivos de poder situados historicamente em suas dinâmicas regulatórias e espaciais para investigar as lógicas, os funcionamentos e as implicações de técnicas tecno mediadas de regulação e controle, inerentes à digitalização e à informatização da vida atual. Esta reflexão programática também deve ser tomada com uma declaração pessoal de intenções.

6.1- Mediação poder e espaço no mundo organizado

Tecnologias da informação têm permeado nos últimos anos diferentes áreas da vida cotidiana. Elas também resultaram em sempre crescentes possibilidades de rastreamento e de fichamentos/ monitoramento e perfilamento [n.t.: *profiling*] de nossas atividades diárias. Pensemos, por exemplo, na rápida expansão do uso de chips RFId

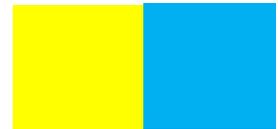
(*Radio Frequency Identification*)⁵ em ingressos e mercadorias, o crescente número de câmeras de vigilância em espaços públicos, de sistemas de programas de fidelidade no setor de varejo de aplicações geolocalizadas em smartphones, ou o aumento do desenvolvimento de infraestruturas inteligentes [n.t.: no original *smart infrastructures*] de sistemas de transporte a redes de eletricidades. A era da informação espalhou técnicas de regulação à distância de inovações tecno mediadas que reconfigurara uma ampla variedade de *milieux* e fenômenos, desde o policiamento e o controle de acesso à administração da cidade, a mobilidade e o gerenciamento de energia e o monitoramento do consumo.

Esses exemplos reiteram a necessidade de um “programa de reflexão” político-geográfico sistêmico voltado para a exploração, conceitualização e problematização de técnicas de regulação baseadas na Tecnologia da Informação (TI) contemporânea mediadoras e mediadas das suas relações de poder e espaço. Minha hipótese estratégica é que um possível quadro de análise para este empreendimento pode ser encontrado na abordagem das técnicas de governamentalidade e poder de Michel Foucault. Para aprofundar a fundamentação desta afirmação, três contribuições que Foucault oferece sobre o estudo do poder, espaço e regulação atualmente devem ser delineadas.

6.2- Perspectiva: governando pelo código

Em primeiro lugar e reiterando, a contribuição de Foucault para uma geografia política da mediação que foque nas técnicas contemporâneas de regulação e controle é sobretudo uma perspectiva. Foucault demonstra repetidamente que o poder deve ser necessariamente abordado pelo estudo das mediações e dos mediadores ao invés de ser visto como a propriedade específica de atores, alterando desta forma o foco da análise do sujeito ou das consequências do poder para o poder do processo (mediado) em si. Aplicando ao contexto contemporâneo “tecno político” (NITCHELL, 2002) o que naturalmente direciona nossa atenção às inovações tecnológicas, racionalidade e formas

⁵ n.t.: Chips de Identificação por Rádio Frequência – ex: *tags* para cobrança de pedágio automático em rodovias.



de saber que moldam e sustentam a organização e o gerenciamento (Foucault falaria de “governamentalidades”) da vida cotidiana na era da informação.

Especificamente, o software assume ponto chave na contemporaneidade como técnica de organização e gerenciamento, entendido como linhas de códigos pré-definidas que processam e analisam dados, com o intuito de gerar resposta automática. O software constitui uma forma de “consciência programada” [n.t.: *programmed awareness*] (KITCHIN e DODGE, 2011) que cada vez mais “medeiam, saturam e sustentam as sociedades capitalistas modernas” (GRAHAM 2005, 562). O software de fato funciona em todas as escalas espaciais; está intrinsecamente entrelaçado às tecituras da vida cotidiana (desde a computação onipresente em construções até o “*smart clothing*”⁶); está embutida tanto dentro como entre infraestruturas urbanas (desde sistemas eletrônicos de bilhetagem até as redes inteligentes de eletricidade, as *smart grid*), e permeia as redes de comunicação global (desde o monitoramento da internet até a aplicações de *smartphones* de “práticas conscientes” [n.t.: *practice aware*] e técnicas de controles e gerenciamentos internos e entre sistemas de mobilidade urbana.(sistemas de navegação, tráfico computadorizado, etc.).

Ainda que a ordenação e a análise de dados estejam voltados para um ganho de eficiência, conveniência ou segurança, elas implicam em processo invisíveis de classificação e priorização, os quais podem afetar as chances e escolhas na vida de indivíduos e de grupos sociais de modos que frequentemente não são vistos pelo público e que facilmente escapam dos escrutínios democráticos. Técnicas de mediação via software não são nunca neutras, por definição, por suas implicações nos códigos predefinidos que são usados para acessar os, riscos e escolhas níveis de acesso de perfis das pessoas a um amplo alcance de espaços e serviços, instaurando desta forma uma nova forma de “base automaticamente reproduzida” [n.t.: *automatically reproduced background*] da vida cotidiana (THRIFT e FRENCH, 2002, 309). De acordo com Graham, “os ambientes tecnologizados baseado em códigos classificam, padronizam, e demarcam

⁶ N.t.: roupa/ vestimentas inteligentes

continuamente direitos, privilégios, inclusões, exclusões e mobilidades e julgamentos sociais normativos, através de vastos esferas/campos [n.t.: *domains*] distanciados (GRAHAM 2005, 563).

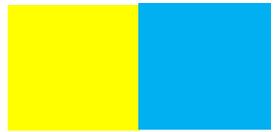
A partir de uma perspectiva foucaultiana focada na mediação, as questões críticas de poder a serem abordadas se relacionam com os próprios códigos. Quais códigos fazem parte? Como as práticas socioespaciais e relacionamentos são traduzidas em códigos? Como estes códigos são aplicados? Quais intenções e estratégias os códigos buscam cumprir? E como estes códigos contribuem para a orquestração da vida cotidiana? A geografia política da mediação que tenho em mente leva em seu amago uma preocupação profunda sobre as oportunidades e os problemas associados com as formas atuais e os formatos de “governar pelo código”.

6.3 - Espaço: vigilância além do cercamento⁷

Em segundo lugar, Foucault é de grande interesse para o desenvolvimento de uma reflexão na geografia política sobre uma governamentalidade no mundo digitalizado mediado pela TI dado o seu recorrente foco digno de nota na relação mediada e mediadora com o poder. As diversas sugestões de Foucault sobre o tema elucidam de forma vigorosa que as funções e lógicas de técnicas particulares de poder, seus objetivos seus impactos e os riscos que apresentam não podem ser entendidos sem se referenciar ao espaço voltado e criados pelo emprego (uso) e a performance destas técnicas. Mais especificamente a distinção de Foucault entre dispositivos de “disciplina” e “segurança”, discutidos anteriormente, oferece uma promissora heurística analítica para o exame de diferenciações de espacialidades de poder inerentes a técnicas de controle e normalização medidas pela TI contemporânea. É necessário aprofundar neste ponto.

Como apresentado acima, Foucault distingue entre disciplina e segurança “ao considerar diferentes formas em que elas lidam e planejam as distribuições espaciais”. (Foucault 2007c, 56). Especificamente, Foucault associa disciplina, que busca a

⁷ n.t.: *enclosure* no sentido de cercamento, fechamento.



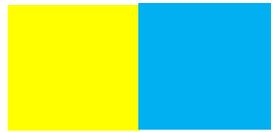
individualização, com cercamentos espaciais, fixações e segmentações enquanto que o problema espacial da segurança, acompanhando a necessidade de se governar as multiplicidades como um todo se relaciona ao gerenciamento das aberturas, fluidez e circulações. Em outra ocasião mobilizei estes pares contrapontuais de “lógicas espaciais de poder” para estudar as espacialidades diferenciadas da vigilância de alta tecnologia no contexto dos megaeventos esportivos (KLAUSER, 2013). Esta investigação explorou a segurança de eventos não apenas em suas dinâmicas disciplinares – cercar, e fixar porções específicas de espaços, desta forma fragmentando o ambiente urbano em um número de áreas de acesso controlado e enclaves espaciais internamente estruturados – mas também seus aspectos de “segurança”, relacionados à necessidade de abrir a cidade evento e de gerenciar os fluxos de pessoas e objetos de formas flexíveis, diferenciadas e adaptadas. Resumidamente, a partir de uma perspectiva centrada em como a diferenciação das técnicas de poder produzem espaço e como a diferenciação das organizações espaciais por sua vez medeiam o exercício de poder, a cidade evento tem sido enquadradas como um sistema complexo de separações e conexões, nas quais diferentes lógicas espaciais de vigilância se acionam uns aos outros, se apoiam uns nos outros, se modificam e se moldam, mas também conflitam entre si em uma reciprocidade incessante.

Tais tipos de análises devem ser estendidas com uma visão para embarcar em um projeto teórico mais amplo, que busque conceitualizar as espacialidades conflitantes e interseccionadas de técnicas de poder mediadas pela TI no mundo contemporâneo. Um programa de reflexões deste tipo poderiam também incorporar de forma bem natural um crescente corpus que ressaltem pares interligados de impulsos para facilitar, acelerar e promover fluxos de pessoas e objetos, por uma lado, e para reforçar o cercamento e restringir a acessibilidade por outro lado, como uma forma de expressão definidora da globalização contemporânea (BAUMAN 1998, 88; AASS, 2005, 200) Essa linha de pesquisa geográfica interessada nas técnicas de poder contemporâneas em suas complexas e interrelacionadas lógicas espaciais e implicações poderia, acredito, encontrar um sólido e coerente arcabouço conceitual organizativo no qual a abordagem de governamentalidade de Michel Foucault, relacionado aos estruturamentos internos e

externos, de fechamentos e aberturas, de circulações e fixações. Claro que a demonstração completa de tal proposta não é tarefa que eu pretendo alcançar neste breve artigo. Este é de fato um desafio central para próximas pesquisas, focando em diferentes áreas e *milieux* para evidenciar as micro articulações e intersecções de técnicas contemporâneas de controle e de filtragem mediadas pela TI, o que operacionaliza a abordagem de Foucault à governamentalidade e ao poder, a partir de uma perspectiva empírica verdadeiramente comparativa. A partir desta fundação será também possível problematizar as implicações das novas técnicas de “governar pelo código” nas práticas e relações socioespaciais contemporâneas.

Aqui gostaria de simplesmente insistir em mais uma questão que acredito poderia estar no centro de tal agenda de pesquisa, relacionando o que Côté-Boucher denominou de um emergente “programa de governo do movimento” (CÔTÉ-BOUCHER, 2008). Enquanto o mundo da proliferação de software certamente não é um mundo sem fronteiras, como muitos estudos mostram (FRANZEN, 2001; KLAUSER, 2010) acredito que a questão hoje quase sempre negligenciada não reside tanto em como as técnicas de controle e regulação mediadas pela TI criam novas formas de fechamento rígido. E sim como “*assemblages* contemporâneas” (HAGGERTY e ERICSON, 200), abarcam e gerenciam circulações. Como exemplo os *smartphones* e outros aparelhos de auto rastreamento que funcionam através a localização contínua de pessoas e objetos móveis (DODGE e KITCHIN, 2007; BUHR 2003). Muitos destes aparelhos oferecem serviços e informações específicos sobre local, usuário e práticas, o que organiza, guia e regula os fluxos e presenças de pessoas e objetos em movimento. No campo da *smart urban infrastructure* podem ser encontradas, m resposta à necessidade de se gerenciar a “cidade” como um sistema de conexões, processo e fluxos interconectados, digitalizados, e “empoderados tecnologicamente” (IBM, 2010). O que importa nesta “economia de poder” é a regulação e normatização das circulações, mais do que a fixação e o cercamento de objetos, lugares, pessoas e/ou funções.

Pesquisas geográficas futuras deveriam perseguir esta reflexão, de modo a estabelecer um quadro mais detalhado de como exatamente novas geografias da regulação



à distância funcionam para alinha a circulação de corpos móveis, dados, objetos e serviços de controle de localização, identificação, verificação e autenticação e como as práticas e técnicas de vigilância interagem com redes chave de infraestrutura cujo objetivo reside em canalizar e filtrar movimentos entre e dentro de cidades. Pessoalmente, espero um desenvolvimento amplo deste argumento para estabelecer o tema de um trabalho em separado, lidando com as dinâmicas de vigilância inerentes às iniciativas das “*smart cities*” contemporâneas”.

6.4 - Racionalidade e normalização: para além da rigidez

Em terceiro lugar, a distinção entre “disciplina” e segurança” em Foucault não apenas permite interrogar sobre a técnicas de controle e gerenciamento nas espacialidades interacionais contemporâneas mediadas pela TI, mas também estudar suas lógicas normativas e funcionais interligadas. Foucault desta forma também oferece uma promissora caixa de ferramentas conceitual para os estudos dos propósitos e racionalidades do “poder em ação” em um mundo de cotidiano de regulação e mediação pela TI. Este artigo não é de certo o primeiro a fazer esta afirmação. No entanto algumas abordagens acadêmicas de Foucault tanto na geografia (HANNAH, 1997; ELDEN 2003) como nos estudos de vigilância (GANDY, 1993; NORRIS e ARMSTRONG, 1999) focaram quase que exclusivamente na análise foucaultiana do poder disciplinar, exemplificado em sua discussão sobre o panóptico em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT 1997). Em contraposição, o valor analítico da conceitualização de “segurança” em Foucault deve ser ainda apreciado com atenção. Avanço, a seguir, com uma série de comentários iniciais que representam um esforço nesta direção.

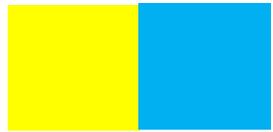
Valendo-se da compreensão de disciplina em Foucault, vigilância e controle são frequentemente entendidas como impostas externamente e rígidas em foco e funcionamento (FOUCAULT, 1977; GANDY, 1993; NORRIS e ARMSTRONG, 1999). Ainda que esta concepção seja apropriada para o estudo da vigilância nos campos da disciplina no policiamento, no exercício militar, na escola, na prisão, etc. ela se alterou em outros casos. Considere, por exemplo o desenvolvimento recente no campo das *smart*

urban infrastructures, que são direcionadas por intermédio de visões de progresso e eficiência, sustentabilidade e conforto tecnologicamente induzidos. Como a IBM afirma no contexto de seu programa *Smartier Cities*

“[C]om os recentes avanços na tecnologia, podemos infundir nossas infraestruturas existentes com nova inteligência. Com isto queremos dizer *digitalizar* e *conectar* nossos sistemas, de forma que elas possam, *sentir*, *analisar* e integrar dados e responder *inteligentemente* às necessidades de suas jurisdições. Em síntese, podemos revitalizá-las de forma que possa se tornar mais inteligentes e eficientes (IBM, 2010) [n.t.: grifo do autor].

A citação exemplifica a visão da IBM das promessas de crescente possibilidades por meio da digitalização, da interconexão análise e integração dos sistemas urbanos. Em uma perspectiva centrada nas dinâmicas regulatórias implicadas, esta visão reverbera como conceitualização de segurança de Foucault de diferentes formas. IBM reivindica um aparato regulatório tecno mediado que se volte para a realidade como conjunto de padrões e regularidades perfeitamente inteligíveis, analisáveis e gerenciáveis, como entidades e condições básicas da governamentalidade contemporânea. Mais que impor um modelo normativo rígido em uma dada realidade, a visão da IBM do regulamento e gerenciamento de uma cidade mais inteligente parte então do deciframento e da realidade em si. Esta decodificação da realidade se baseia na rápida e crescente digitalização da vida cotidiana, permitindo assim a integração e interconexão de cada vez mais amplos circuitos de fluxos de informação. A cidade é vista com um “sistema de sistemas” (IBM, 2010) cada vez mais transparente, extensível e adaptável.

Isto significa que a visão da IBM de uma cidade mais inteligente não parte de uma compreensão pré-definida do que é permitido ou proibido, mas do estudo e identificação de diferentes “normalidades” (ex. padrões, no jargão da IBM) caracterizadores de uma dada realidade. Considere como exemplo o objetivo das redes elétricas inteligentes. O que importa não é proibir ou prescrever o uso da eletricidade em um dado tempo de uma maneira rígida pré-definida; ao contrário, a regulação funciona por meio de técnicas de coleta de dados, processamento e análise que buscam identificar padrões de consumo e



produção elétrica, de tal modo que otimize o equilíbrio e a sincronização entre os dois. O intuito é fazer o consumo e a produção de eletricidade funcionando melhor entre elas.

Este tipo de regulação é bem diferente da disciplinar, que quebra várias multiplicidades de atividades, fluxos e pessoas em entidades individuais, para que eles correspondam da forma mais completa possível a um modelo normativo pré-definido. Ao contrário, a visão de regulação e normalização de uma cidade mais inteligente⁸ se volta para o governo das multiplicidades como um todo, por meio de técnicas que “lidem com a realidade, ao pinçar componentes de realidade, para trabalhá-las entre si graças e por meio de uma série de análises e arranjos específicos. A norma é um *entre-jogo*⁹ de normalidades diferenciais” (FOUCAULT, 2007c, 47, 63).

Duas implicações interrelacionadas a serem destacadas neste ponto. Primeiro, significa que o nível relevante e objetivo de regulação não é da entidade individual – o detalhe- mas um dado conjunto de atividades – circulações etc., governado, otimizados ou “revitalizados” como uma totalidade. Claro que o nível da entidade individual continua instrumental neste dispositivo de poder, no qual forma o ponto de partida em que padrões explanatórios de normatizações/normalizações são derivadas por meio de análises de dados, embora não sejam o atual *telos* da regulação.

Segundo, a visão de uma *smarter city* da IBM não postula uma realidade perfeita e “final” a ser completamente alcançada, mas sim um processo constante de otimização derivada e que se efetiva dentro de uma dada realidade, cujos propósitos e condições estão constantemente se readaptando e se redefinindo, dependendo não apenas na constante mudança de parâmetros da realidade em si, mas também no inconstante contexto e condições de regulação (cálculos de custos, disponibilidade de inovações de técnicas de controles, etc.).

Portanto, gerenciamento e regulação à distância nesta visão se baseiam em um “arcabouço normativo multivalente e transformável” (FOUCAULT, 2007c, 20). A visão da *smarter city* da IBM implica um modo de normalização que é: 1) derivada da realidade,

⁸ No original, *smarter city*

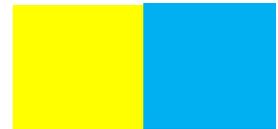
⁹ n.t.: no original *interplay*

ao invés de imposta; 2) relativa, ao invés de absoluta; 3) flexível, ao invés de rígida; 4) coletiva em escopo e escala, ao invés de individual. Governar pelo código significa também governar por meio de cálculos.

Comentários Finais

Certo que os comentários acima são apenas o início de um percurso que leva a uma reflexão mais rica e mais elaborados sobre as técnicas de poder mediadas pela TI da contemporaneidade em suas espacialidade e racionalidades. Minha exposição não buscou oferecer nada além de um esboço de alguns dos problemas e questões chave para explicar ainda mais, dada as complexas imbricações do poder, espaço e regulação na era da informação. No entanto, meu esforço também foi trazer para o debate alguns dos mais fundamentais problemas conceituais que a fluidez e a flexibilidade do modo de governar pelo código contemporâneo (tanto em termos espaciais como normativos), A esse respeito, resaltei a importância e o valor analítico da distinção entre segurança e disciplina em Michel Foucault.

Se de fato queremos encontrar uma caixa de ferramenta prolífica na abordagem de Foucault à governamentalidade e ao poder, ao tratar das imbricações de mediação de espaço e poder na era da informação, a “conduta dos homens e coisas” no atual mundo das tecnologias inteligentes apresenta um alcance de dinâmicas e problemas que Foucault nem explorou nem anteviu. Por exemplo, os atuais desenvolvimentos tecnológicos têm grandes consequências no que Foucault ignorou em relação à regulação *automata* e à orquestração da vida cotidiana (THRIFT e FRENCH, 2002; GRAHAM, 2005; KITCHIN e DODGE, 2011). Portanto, ao se valer da concepção de poder em Foucault deve se também atentar às dinâmicas regulatórias mais recentes que podem de fato desenvolver o arcabouço histórico e conceitual de Foucault de modos interessantes. Evidentemente a verdadeira extensão e natureza destes desdobramentos e continuações na abordagem conceitual foucaultiana podem ser apenas completamente estabelecidas por meio de pesquisas empíricas. O que estou advogando aqui é justamente este programa de pesquisa.



Agradecimentos¹⁰.

Sou grato aos muito úteis comentários e sugestões feitos por Stuart Elden, Chris Philo, Claude Raffestin e Ola Söderström nos diferentes estágios do processo de escrita, o que aprimorou consideravelmente a lógica e o conteúdo deste artigo

BIBLIOGRAFIA

AAS, K. F.: Getting ahead of the game: border technologies and the changing space of governance, in: **Global Surveillance and Policing**, edited by: Zureik, E. and Salter, M. B. ,Willan, London, 194– 214, 2005.

ANDERSON, B., Kearnes, M., McFarlane, C., e SWANTON, D.: **On assemblages and geography**, *Dialogues in Human Geography*, 2, 171–189, 2012.

ALLEN, J.: **Lost Geographies of Power**, Blackwell, Oxford, 2003.

ALLEN, J.: A more than relational geography?, *Dialogues in Human Geography*, 2, 190–193, 2012.

BAUMAN, Z.: **Society under Siege**, Polity Press, Cambridge, 1998.

BUHR, B. L.: **Traceability and information technology in the meat supply chain: implications for firm organization and market structure**, *Journal of Food Distribution Research*, 34, 13–26, 2003.

CÔTÉ-BOUCHER, K.: **The diffuse border: intelligence-sharing, control and confinement along Canada's smart border**, *Surveillance and Society*, 5, 142–165, 2008.

CRAMPTON, J.W. & ELDEN, S. (Eds.): **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, Ashgate, Aldershot, 2007.

DELEUZE, G.: Mediators, in: **Gilles Deleuze: Negotiations**, Columbia University Press, New York, 121–134, 1990 [1985].

DILLON, M.: **Governing through contingency: the security of biopolitical governance**, *Polit. Geogr.*, 26, 41–47, 2007.

¹⁰ n.t.: agradecimentos presentes no original, publicado em *Geografia Helvética*, nº 68, páginas 95–104, em 10 de julho de 2013

DODGE, M. & KITCHIN, R.: **The automatic management of drivers and driving spaces**, *Geoforum*, 38, 264–275, 2007.

ELDEN, S.: **Mapping the Present: Heidegger, Foucault and the project of a spatial history**, Continuum, London, 2001.

ELDEN, S.: **Plague, Panopticon, Police**, *Surveillance and Society*, 1, 240–253, 2003.

ELDEN, S.: **Rethinking Governmentality**, *Polit. Geogr.*, 26, 29–33, 2007.

FOUCAULT, M.: **The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences**, Pantheon Books, New York, 1970 [1966].

FOUCAULT, M.: **Discipline and Punish**, Pantheon Books, New York, 1977 [1975].

FOUCAULT, M.: **The Confession of the Flesh**, in: **Power/Knowledge. Selected Interviews and Other Writings**, edited by: Gordon, C., Pantheon, New York, 1980 [1977].

FOUCAULT, M.: **The subject and power**, *Crit. Inquiry*, 8, 777–795, 1982.

FOUCAULT, M.: **Space, Knowledge, and Power**, in: **The Foucault Reader**, edited by: Rabinow, P., Pantheon, New York, 239–256, 1984 [1982].

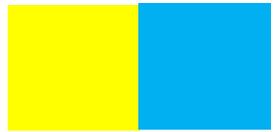
FOUCAULT, M.: **The Meshes of Power**, in: **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, edited by: Crampton, J. W. and Elden, S., Ashgate, Aldershot, 153–162, 2007a [1981].

FOUCAULT, M.: **The Incorporation of the Hospital into Modern Technology**, in: **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, edited by: Crampton, J. W. and Elden, S., Ashgate, Aldershot, 141–151, 2007b [1978].

FOUCAULT, M.: **Security, Territory, Population**, Palgrave Macmillan, London, 2007c [2004].

FOUCAULT, M.: **Questions on Geography**, in: **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, edited by: Crampton, J. W. and Elden, S., Ashgate, Aldershot, 173–182, 2007d [1980].

FOUCAULT, M.: **The Birth of Biopolitics**, Palgrave Macmillan, London, 2008 [2004].



FRANZEN, M.: **Urban order and the preventive restructuring of space: the operation of border controls in micro space**, *Sociol. Rev.*, 49, 202–218, 2001.

GANDY, O. H.: **The Panoptic Sort: A political economy of personal information**, Westview, Boulder, 1993.

GRAHAM, S.: **Software-sorted geographies**, *Prog. Hum. Geogr.*, 29, 562–580, 2005.

HAGGERTY, K. & ERICSON, R.: **The Surveillance Assemblage**, *Brit. J. Sociol.*, 51, 605–621, 2000.

HANNAH, M. G.: **Space and the Structuring of Disciplinary Power: An Interpretive Review**, *Geogr. Ann. B*, 79, 171–180, 1997.

HANNAH, M. G.: Formations of “Foucault” in Anglo-American Geography: An Archaeological Sketch, in: **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, edited by: Crampton, J. W. and Elden, S., Ashgate, Aldershot, 83–106, 2007.

HUXLEY, M.: **Spatial Rationalities: order, environment, evolution and government, Social and Cultural Geography**, 7, 771–787, 2006.

HUXLEY, M.: Space and Government: Governmentality and Geography, **Geography Compass**, 2, 1635–1658, 2008.

IBM: **Smarter Cities with IBM software solutions**, IBM website <ftp://public.dhe.ibm.com/software/ch/de/multimedia/pdf/transcript-smarter-cities-with-ibm-software-solutions-eng.pdf> (last access: 31 January 2013), 2010.

INNIS, H. A.: **Empire and Communications**, Oxford University Press, Oxford, 1950.

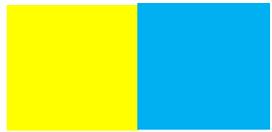
KITCHIN, R. & Dodge, M.: **Code/Space: Software and everyday life**, MIT Press, Cambridge MA, 2011.

KLAUSER, F.: **Splintering Spheres of Security: Peter Sloterdijk and the Contemporary Fortress City**, *Environ. Plann. D*, 28, 326–340, 2010.

KLAUSER, F.: **Thinking through territoriality: Introducing Claude Raffestin to anglophonesociospatial theory**, *Environ. Plann. D*, 30, 106–120, 2012.

KLAUSER, F.: **Spatialities of security and surveillance: Managing spaces, separations and circulations at sport mega events**, *Geoforum*, doi:10.1016/j.geoforum.2012.11.011, in press, 2013.

- LATOUR, B.: **Science in Action**, Harvard University Press, Cambridge MA, 1987.
- LATOUR, B.: **Reassembling the Social**, Oxford University Press, Oxford, 2005.
- LAURIER, E. and Philo, C.: **Ethnoarchaeology and Undefined investigations**, Environ. Plann. A, 36, 421–436, 2004.
- LEFEBVRE, H.: **The production of space**, Blackwell, Oxford, 1991 [1974].
- MACKINDER, H. J.: **The geographic pivot of history**, Geogr. J., 23, 421–442, 1904.
- MILLER, A. R. & PANO, A.: **La geografia della mediazione linguistico-culturale**, University of Bologna, Centro di Studi Linguistico-Culturali, <http://amsacta.unibo.it/2626/3/> Volume 121109.pdf (last access: 31 January 2013), 2009.
- MILLER, P. & ROSE, N.: **Governing the Present**, Polity Press, Cambridge, 2008.
- MITCHELL, T.: **Rule of Experts: Egypt, Techno-politics, Modernity**, University of California Press, Berkeley, 2002.
- NORRIS, C. & ARMSTRONG, G.: **The Maximum Surveillance Society: The rise of CCTV**, Berg, Oxford, 1999.
- PAINTER, J.: Geographies of Space and Power, in: **The Sage Handbook of Political Geography**, edited by: COX, K. R., MURRAY, L., & ROBINSON, J., Sage, London, 57–72, 2008.
- PHILO, C.: **Foucault's geography**, Environ. Plann. D, 10, 137–161, 1992.
- PHILO, C.: A “new Foucault” with lively implications – or “the crawfish advances sideways”, T. I. Brit. Geogr., 37, 496–514, doi:10.1111/j.1475-5661.2011.00484.x, 2012.
- RAFFESTIN, C.: **Pour une géographie du pouvoir**, Litec, Paris, 1980.
- RAFFESTIN, C.: Could Foucault have Revolutionized Geography?, in: **Space, Knowledge and Power. Foucault and Geography**, edited by: Crampton, J.W. and Elden, S., Ashgate, Aldershot, 129–137, 07 [1997].
- RAFFESTIN, C.: **Space, territory, and territoriality**, Environ. Plann. D, 30, 121–141, 2012.



THRIFT, N. & French, S.: **The automatic production of space**, T. I. Brit. Geogr., 27, 309–325, 2002.

TURCO, A.: **Configurazioni delle Territorialità**, Franco Angeli, Milan, 2010.